

RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DA ADUFERPE NOI ENCONTRO NACIONAL DO MOVIMENTO DE MULHERES EM LUTA

Maria de Fátima Paz Alves (Departamento de Ciências Domésticas – UFRPE/Recife)

Forma e data da escolhadas(os) delegadas(os): Diretoria da ADUFERPE

Denominação do evento: I Encontro Nacional do Movimento de Mulheres em Luta (MML)

Organização do evento: CSP-Conlutas, com apoio do ANDES-SN

Tema do evento: Reflexão sobre a conjuntura socioeconômica e política do país, com ênfase na discussão sobre o lugar das mulheres nesta e oficialização do MML –regimento, programa e propostas

Período de realização: 4 a 6 de outubro de 2013

Localidade do evento: Belo Horizonte e Sarzedo – Minas Gerais

Conjuntura:

O objetivo central do evento foi a formalização de uma construção coletiva de vários movimentos sociais e entidades sindicais, que tem como desfecho a criação do MML. Visando tal efetivação, foram discutidos diversos aspectos relativos à conjuntura nacional e global, com destaque para a história recente de implantação de políticas neoliberais e sua continuidade sobre um “disfarce” de social democracia, que a cada dia mostra sua real face, desfazendo na população uma inicial sensação de “bem-estar social”. O propalado crescimento dos empregos rebate-se em arrocho salarial, as famílias estão cada vez mais endividadadas, os serviços cada vez mais restritos e precários; as condições e a qualidade de vida das populações urbanas e rurais cada vez mais precarizadas, enquanto o capital especulativo obtém crescentemente maiores lucros. A representante das trabalhadoras rurais lembra que o trabalhador rural não é pauta, a pauta é o etanol, referindo-se à mutilação dos trabalhadores na cana de açúcar, de São Paulo, devido à realização de uma jornada extenuante de trabalho. Os protestos de junho mantêm relação com a reação da população e das mulheres, em particular, a esse cenário.

Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos, Dever do Estado.

No que diz respeito às mulheres, estas têm cada dia maior ônus, estando na linha de frente do desemprego e da precarização, sendo responsabilizadas pelo sucesso das políticas sociais, como o Bolsa Família, o que, por vezes, além de lhes trazer uma carga extra de trabalho,¹ não favorece a promoção de seu desenvolvimento pessoal e social; elas têm sido penalizadas ou não assistidas em situações de aborto e, na prática, contam com pouca proteção e apoio em relação à violência, encontrando-se o Brasil na triste posição de sétimo lugar nos crimes ligados diretamente ao machismo, exemplificados de modo mais visível na violência física (em grande parte doméstica) e assassinato de mulheres. Há um reconhecimento de como é difícil levar às ruas no Brasil a discussão que se atém às especificidades das mulheres e do quanto é necessária uma maior organização das mulheres, através do que é possível barrar projetos como o estatuto do nascituro, que criam maiores obstáculos à efetivação de seus direitos reprodutivos, favorecendo uma maior visibilidade e propondo-se ações que promovam/garantam direitos e combatam todas as formas de violação destes, o que é o objetivo central do movimento.

Discussão e deliberações:

A partir da análise da conjuntura, foram realizadas discussões sobre diversos temas específicos que envolvem a condição das mulheres no contexto socioeconômico e político, entre os quais: violência contra a mulher, prostituição, luta por creches, descriminalização e legalização do aborto, precarização e marginalização do trabalho, a situação da mulher lésbica e bissexual e a violência nos transportes públicos.

As deliberações, em linhas gerais, apontam para um posicionamento efetivo contra a violência e no sentido do incremento de uma maior organização e reconhecimento do lugar das mulheres na luta dos trabalhadores. Essa questão foi destacada não apenas na fala das mulheres brasileiras, como na abordagem do significativo grupo que veio discutir conjuntura internacional e propostas das mulheres em nível mundial, companheiras da Argentina, Peru, Paraguai, Inglaterra, Índia, Síria e Palestina. Em suas falas, ficou evidente a semelhança de certos processos e ao mesmo

¹ A representante dos sindicatos rurais mencionou e foram apresentadas algumas cenas do documentário "Linha de corte", que revela de modo contundente um processo de super-exploração de trabalhadores rurais da cana de açúcar em São Paulo.

Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos, Dever do Estado.

tempo as especificidades que em cada contexto sociocultural aliam perversamente classe e gênero ou capitalismo e patriarcado. A complexidade dos vários processos coloca em discussão o próprio feminismo no ocidente, visto pelas mulheres árabes presentes, grosso modo, como “feminismo colonialista”.

Deliberações aprovadas:

Foram aprovadas além do regimento do MML, diversas propostas relativas às questões que mais diretamente atingem as mulheres, em sua diversidade de cor/raça/etnia, orientação sexual, direito à saúde, educação, participação política (incluindo a sindical) e reconhecimento desta, a trabalho digno e remuneração justa; sobre o seu corpo e a não sofrer violências, que inclui a violência por ação ou omissão do Estado¹. Ficou decidido que a principal campanha do movimento será sobre Violência contra a mulher trabalhadora.

Avaliação das possíveis consequências e/ou aplicações na base docente da UFRPE:

Vemos como bastante positiva a criação do movimento e as discussões realizadas, embora consideremos que em sua realização fica evidente a dificuldade em enfrentar questões que envolvem classe e gênero, sendo necessário um aprofundamento na reflexão analítica e política acerca dessa complexa relação, para o que, aqueles/as vinculados/as ao contexto acadêmico e ao movimento sindical podem vir a contribuir. Acreditamos que é necessária a esfera de nosso sindicato (no âmbito local e nacional) uma maior preocupação com a discussão das especificidades de gênero relativas à profissão e ao ser docente, problematizando-se diversos aspectos, entre os quais o sentido e as implicações da feminização da categoria, as relações público-privado para homens e mulheres docentes; dentro do próprio contexto institucional, acerca das práticas e políticas internas e formas de participação; sobre o modo como a reflexão sobre gênero se imbrica com várias outras marcações e divisões sociais, para além da classe/categoria profissional, que dela não se distinguem efetivamente, pelo contrário, lhe conferem um caráter significativo e peculiar.

Observações acerca da estrutura e organização do evento:

Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos, Dever do Estado.

O evento, conforme acima relatado, discutiu questões muito importantes, além de ter contado com mais de 2000 mulheres, duplicando a previsão dos/as organizadores/as. Estes/as optaram por aceitar inscrições mesmo sem uma estrutura física capaz de atender satisfatoriamente a demanda, o que resultou em acomodações e assistência abaixo do desejável (a meu ver) e desorganização em vários níveis. Embora entendamos até certo ponto tal situação, e possamos alocar as falhas em grande medida à inexperiência daqueles/as que estavam à frente da organização do evento, consideramos relevante registrar isso, uma vez que pensamos ser importante, quando da realização de eventos, ter em foco no planejamento cuidados com o bem-estar daqueles/as que sejam convidados para o evento.

Recife, 10 de outubro de 2013

Maria de Fátima Paz Alves

ⁱ O detalhamento desta proposta poderá ser visto no caderno que destaca as propostas de resolução de contribuições ao encontro, disponibilizado na sede da ADUFERPE.

Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos, Dever do Estado.